

## **Europa e Identidades**

As relações da Europa com o mundo tomam uma feição nova desde o fim da Primeira Guerra Mundial. Até então, a Europa pensava-se e agia como o centro dominante de um mundo europocêntrico. A Primeira Guerra Mundial demonstrou a fragilidade desta percepção. Continente em crise, a Europa busca, pois, a renovação. Assim, para continuar a manter o seu posicionamento, os países europeus tomam consciência progressivamente que devem unir-se para rivalizar com potências mundiais emergentes. Mas o século XX é marcado pela ambivalência permanente entre, por um lado, a herança de uma Europa colonial ( ideia euroafricana) e, por outro lado, o confronto com o novo mundo para lá do Atlântico. Daí a Europa ter necessidade de resolver os seus conflitos desde a Primeira Guerra Mundial, e de se tornar um parceiro económico cada vez mais importante.

No campo das relações internacionais em plena mutação, como encontra a Europa esse poder? Apoiando-se nas forças do passado (Euráfrica)? Apoiando-se na força do presente (atlantismo)? Ou não contar senão com as suas próprias forças (Europa europeia) para reencontrar a sua influência no mundo?

Uma dimensão cultural estimulou os laços entre atlantismo e europeísmo. Na sua concepção clássica, o atlantismo alimenta-se da doutrina segundo a qual os laços

---

<sup>1</sup> Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Coordenadora Científica do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20.

políticos, económicos e militares entre os Estados Unidos e a Europa deveriam ser encorajados e desenvolvidos na base da comunidade de valores. E a pedra de toque é justamente esta comunidade de valores. Seria ela religiosa, cultural, ou apenas comunidade de interesses? Ela teria no plano ideológico uma dimensão cultural e histórica da Europa, enquanto o atlantismo parecia ter a sua fonte num interesse comum, mais temporário, o da segurança face à ameaça soviética.

Assim, alguns intelectuais elaboram uma teoria da comunidade atlântica fundada numa civilização comum à volta do Atlântico, como a que se tinha desenvolvido à volta do Mediterrâneo no mundo antigo (A. Malraux, Raymond Aron).

Os mares, enquanto meio tradicional e privilegiado de comunicação, são evidentes zonas de relação mas também e de conflitos. No que diz respeito à Europa, os povos do continente são capazes ou são impelidos a confrontar-se com o mundo extra-europeu, nomeadamente com as Américas no Oceano Atlântico e com a África e a Ásia no Mediterrâneo.

Assim, a emergência de uma «identidade» europeia poderá aparecer como uma consequência evidente dessas oposições.

Os mares, ladeando o «velho continente», favoreceram durante o século XX o aparecimento e o reforço não só de uma «identidade europeia» mas de várias identidades: uma «identidade atlântica», uma «identidade mediterrânica», uma «identidade ocidental» e uma «identidade europeia».

#### *«Uma identidade atlântica»*

Este conceito aparece com maior insistência durante o período de entre as duas guerras mundiais. Ele parece sobretudo revelar a existência de valores, de tradições

políticas, de interesses militares e económicos comuns, que parecem destinados a ligar a América do Norte e a Grã-Bretanha. Certos especialistas focalizam a sua atenção para este fenómeno de parentesco apresentado como uma «relação privilegiada» e mostraram que se há algo em comum entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, a língua nomeadamente, a emergência de inimigos comuns (Alemanha e Japão) na segunda metade dos anos 30 contribui para a formação desta «associação atlântica». Pensa-se evidentemente na «Carta do Atlântico», assinada em 1941 por Roosevelt e Churchill, que não só trazia à luz os interesses políticos e militares partilhados pelas duas potências anglo-saxónicas, mas visava mostrar que a história da América e da Grã-Bretanha se fundava nas mesmas tradições políticas e culturais (democracia parlamentar e oposição ao totalitarismo). Nesta perspectiva, o Oceano Atlântico tornava-se o símbolo do laço que unia os Estados Unidos e a Grã-Bretanha. Durante as primeiras fases da Segunda Guerra Mundial há alguma indefinição no uso dos conceitos, um pouco vagos, o de «relação privilegiada» e o de «associação atlântica». No fim deste conflito, a ideia de «associação atlântica» começa a distinguir-se da ideia de «relação privilegiada». Assim, sobre «associação atlântica», fora dos debates da «guerra fria», os homens de Estado da Europa ocidental e americanos, os diplomatas e outros consideraram uma espécie de «contexto» atlântico que não estava já limitado à América do Norte e às Ilhas Britânicas mas que abrangia as noções de Europa Ocidental. Se, num primeiro tempo, estas nações da Europa Ocidental puderam ser identificadas por critérios geográficos (a sua fronteira marítima ao longo do Oceano Atlântico, como a França, por exemplo), depois são sobretudo critérios políticos, militares e económicos que são tidos em conta em contraste com a União Soviética.

A partir de 1949, com a assinatura da Aliança atlântica, os factores políticos e militares foram mais relevantes. A «identidade atlântica» dizia respeito em grande parte

à Aliança atlântica. Por outro lado, os membros do mundo «atlântico» eram uma parte do sistema «ocidental». Partilhavam inimigos comuns: a ideologia comunista e a União Soviética. Com efeito, a «associação atlântica» significava sobretudo o espelho da emergência dos Estados Unidos enquanto potência de primeiro plano a Ocidente; o Oceano Atlântico não era já o símbolo da distância separando a Europa da América mas, ao contrário, o símbolo da influência dos Estados Unidos sobre a pátria ocidental do «velho continente», uma influência que foi capaz de transformar o obstáculo oceânico num laço religador.

Entretanto, o conceito de «associação atlântica» foi suplantado pelo outro, mais popular, de «aliança atlântica». É que esta expressão é mais objectiva para explicar correctamente a realidade do sistema ocidental. Esta já não poderia limitar-se à Europa ocidental e à América do Norte com o Oceano Atlântico como traço de união, mas deveria integrar outras zonas – da América Latina, da Ásia ou da África.

No entanto, o conceito de «associação atlântica» permanece ainda vago.

#### *Uma «identidade mediterrânica»*

Se o Oceano Atlântico parece ter desenvolvido um papel incontestavelmente menor na formação da «identidade europeia», e se se torna difícil distinguir uma clara «identidade atlântica», ao contrário, o mar Mediterrâneo foi considerado por muitos de particular importância. Relembre-se, a propósito, o impacto da obra de Braudel sobre o mundo mediterrâneo. Mas antes de se considerar como o Mediterrâneo pôde contribuir para modelar a «identidade europeia», é pertinente notar que certas opiniões revelaram a existência de uma «identidade mediterrânica» autónoma. Em determinadas

circunstâncias, para alguns, esta identidade pode ser inerente à da Europa mas, para outros, ela ultrapassa as fronteiras geográficas do «velho continente».

A bacia mediterrânica foi, como bem se sabe, teatro de vários conflitos. Antes da Segunda Guerra Mundial, as grandes potências europeias, nomeadamente a Grã-Bretanha, a França e a Itália, procuram exercer um papel dirigente definitivo nesta importante zona tão disputada. Por outro lado, enquanto potências europeias, são confrontadas com os primeiros sentimentos anticoloniais. Depois da Segunda Guerra Mundial, a Grã-Bretanha e a França pensaram manter uma forma de controlo sobre o Mediterrâneo mas renunciaram às suas ambições face ao nacionalismo árabe, ao anti-colonialismo americano e aos interesses soviéticos.

Nas últimas décadas, o Mediterrâneo tornou-se, de novo, uma zona de conflitos. Recorde-se o confronto do mundo ocidental com o muçulmano e o problema da imigração, sobretudo da região do Magreb. E se os conflitos são bem evidentes, não podemos esquecer, no entanto, que o Mediterrâneo foi e é uma zona de relações frutuosas entre a Europa e as nações extra-europeias que implicava – e implica – aspectos culturais, económicos e políticos.

Qual o papel de uma “identidade mediterrânica” num contexto tão complexo?

Para uns, essa «identidade mediterrânica» é parte de uma “identidade europeia” mais ampla. Assim, a existência de uma «identidade mediterrânica» não limitada às margens setentrionais deste mar – quer dizer, da Europa, identidade que acentuava como os povos da Europa meridional partilhavam características comuns com os povos da África do Norte e do Médio Oriente, esta espécie de identidade aparece de forma significativa no que diz respeito à Espanha e à Itália depois do segundo conflito mundial.

Assim, para Madrid, as relações de amizade com o mundo árabe foram muitas vezes sublinhadas durante a era franquista, enquanto na Península italiana, políticos e

intelectuais trabalhavam sobre certos conceitos dotando a Itália de uma espécie de «missão mediterrânica» em que Roma poderia tornar-se um ponto estratégico entre a Europa e o mundo árabe. Nos dois casos, houve tentativas para demonstrar a existência de uma civilização «mediterrânica» que compreendia tanto culturas europeias como extra-europeias.

Todavia, pode também verificar-se que há nisso uma grande ambiguidade. Essa «identidade» foi sobretudo um instrumento de propaganda muito explorada pela Itália e pela Espanha que procuravam reencontrar um papel político e económico significativo na África do Norte e no Médio-Oriente face às oposições britânica e francesa. Estas situações evoluíram rapidamente, largamente influenciadas pelo reforço de sentimentos nacionalistas e antieuropeus entre as populações árabes.

O carácter utilitário desta «identidade mediterrânica» autónoma foi posto em evidência em Itália pela profunda preocupação de Roma em promover a “identidade europeia”, mais «atlântica», da Península itálica. Uma outra tendência foi claramente exposta no contexto mediterrânico porque as autoridades romanas aspiravam a ser representantes dos interesses do «velho continente» e da aliança atlântica nesta região que parecia ter uma importância capital para o mundo ocidental.

Poder-se-á ainda sublinhar que a existência de uma «identidade mediterrânica», sob o ponto de vista cultural, compreendendo tanto as margens setentrionais como meridionais do Mediterrâneo, deveria ser aceite pelos países do Norte da Europa mesmo se tal conceito tivesse essencialmente um carácter negativo e visasse confirmar o complexo de superioridade da Grã-Bretanha, e não só o seu, face aos europeus do Sul.

Lembre-se, por exemplo, que René Girault, sublinhando que a Grã-Bretanha, a França e a Alemanha tinham sido consideradas como o «coração da Europa», afirmava que o eixo central da Europa era assim descentrado em relação ao eixo permanente

geográfico; dava-se à “periferia” meridional à volta do Mediterrâneo uma posição particular como uma zona de sub-desenvolvimento (relativo) europeu apesar do papel que esta zona exercera no passado da Europa. Assim sendo, a Itália contemporânea ou a Espanha franquista não estariam a tentar superar serem uma zona “marginal”?<sup>2</sup>

### *Uma «identidade ocidental»*

Os mares tiveram um papel fundamental na formação da «identidade ocidental». O conceito de «Ocidente» é, como sabemos, complexo. Aparece muito ligado à realidade internacional da época da guerra fria, um período que pode ser observado como aquele que se desenvolve no imediato pós – Segunda Guerra até aos anos 80. Quanto às principais características que distinguem uma «identidade ocidental», profundamente oposta a uma «identidade oriental», pode-se reter a larga convicção segundo a qual os povos «ocidentais» partilham os mesmos interesses e ideais políticos, os mesmos fins económicos, similares formas de viver, de mitos culturais, de experiências históricas, de inimigos comuns.

Assim, pelo menos à primeira vista, esta “identidade ocidental” aparece entre as diferentes «identidades» como bastante pertinente. Embora o Ocidente compreenda um certo número de nações e de zonas geográficas que podem ser muito afastadas da Europa e dos seus mares (Japão, Austrália), esta realidade leva-nos a perguntar quais são os laços entre uma tal identidade e os nossos mares. A este propósito, seria oportuno voltar a insistir que o Oceano Atlântico era entendido como um laço, uma ligação entre o continente americano e a Europa ocidental e que esta zona contribuiu profundamente

---

<sup>2</sup> R. Girault et Robert Frank (dir.), *La Puissance en Europe 1938-1940*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1984, pp. 143-144.

para um reforço das relações políticas, económicas e culturais entre os dois pilares da aliança ocidental ou mesmo do sistema ocidental. Mas também o Mar Mediterrâneo é um dos elementos essenciais neste contexto. Sobretudo a partir dos anos 50, a bacia mediterrânica foi considerada como um dos limites essenciais do sistema de defesa ocidental. Porém, a interpretação do Mediterrâneo como uma das fronteiras do mundo ocidental não era só um conceito militar e estratégico. Parece igualmente ter implicações políticas, culturais e psicológicas, pois, para alguns, os inimigos do Ocidente não se limitavam à União Soviética e aos seus satélites da Europa oriental, mas englobavam o nacionalismo árabe e o fundamentalismo muçulmano.

Nesta perspectiva, o Mediterrâneo foi considerado como uma «espécie de muro de Adriano», um contraforte contra «novos bárbaros».

#### *Uma «identidade europeia»*

Também neste conceito os mares são fronteiras do «velho continente». Por isso, eles podem concorrer para a formação de uma «identidade europeia» porque representam as zonas que delimitam o que não é europeu.

Assim, de novo, o caso do Mar Mediterrâneo, arena de conflitos e de relações desde as mais antigas civilizações. Como tal, os europeus não deixam de referir que os povos, as culturas e as religiões dos mediterrânicos não europeus ameaçaram a identidade profunda do «velho continente». No entanto, o Mar Mediterrâneo, tal como o Oceano Atlântico, foi via de comunicação que permitiu aos Europeus estender a sua influência à América, à África, ao Médio-Oriente. Essas experiências estão profundamente enraizadas na herança psicológica e cultural de muitos dos povos europeus. Nesta ordem de ideias, é de primeira importância insistir sobre o papel da



emigração europeia. No século XX, foi particularmente na zona mediterrânica que os europeus foram capazes de admitir que eles partilhavam interesses e valores comuns e não apenas fortes diferenças e rivalidades. Antes da Segunda Guerra Mundial, mesmo se as potências europeias lutaram entre elas para adquirir uma hegemonia no Mediterrâneo, britânicos, italianos ou franceses teriam levado o direito dos povos europeus a exercer qualquer forma de autoridade sobre os povos e as nações das margens meridionais e orientais (não europeias) da bacia do Mediterrâneo.

O confronto entre culturas diferentes fez ressurgir a «consciência europeia», como aconteceu com as comunidades europeias na África do Norte ou do Médio Oriente. Por exemplo, há uma desconfiança da parte dos franceses em relação à comunidade italiana na Tunísia. É também verdade que a comunidade europeia na Argélia tenha sido uma espécie de *melting pot* que compreendia as populações de origem francesa, italiana, espanhola e de Malta. Depois de 1945, se o comunismo foi considerado como o pior perigo para os ideais ocidentais e se a Europa se sentiu ameaçada por Moscovo, o nacionalismo árabe e o fundamentalismo muçulmano não foram ignorados na medida em que pareciam comprometer os interesses e o papel da Europa. O fluxo dos imigrantes provenientes dos países da África do Norte foi considerado, nos últimos anos, por muitos europeus como uma ameaça à «essência da identidade europeia».

Pode dizer-se que «identidade europeia» é somente um valor «negativo»? Será que o conceito de «identidade europeia» pode traduzir um certo racismo? Não teriam os europeus assinalado os seus traços característicos face aos inimigos potenciais ou fictícios?

Parece evidente que embora os europeus tenham considerado as suas fronteiras «naturais» - os mares – eles sentem, por vezes inconscientemente, que têm algo de

positivo em comum: a sua tradição religiosa-cristã- mas também a herança cultural das «Luzes», as experiências políticas nascidas da Revolução Francesa, o liberalismo do século XIX, a ideologia marxista, aspectos da nossa maneira de viver. Tais traços não podem transformar automaticamente a Europa numa entidade imperialista que destrua o diferente, nem numa opulenta cidadela muralhada.

A Europa tem a sua história e a sua história tem a sua «identidade», uma identidade que pode ser reconhecida por outras «identidades», da mesma forma que os europeus devem reconhecer as «identidades» externas no velho continente.

Assim, se uma «identidade europeia» existe, ela deve ser descoberta na história europeia, história esta que não pode ser só a dos séculos XX-XXI.

### *Entre iberismo e atlantismo*

O mar é também ele um elemento integrante da cultura portuguesa. Ele é, nas palavras de Jorge Dias, uma «força atractiva». Como expressa: «a força atractiva do Atlântico, esse grande mar povoado de tempestades, de mistérios, foi a alma da nação e foi com ele que se escreveu a História de Portugal»<sup>3</sup>.

Para os intelectuais portugueses dos anos 20-40, esta «identidade atlântica» é evidente. Lembre-se João de Barros, autor de *Portugal Terra do Atlântico* (1923). A glória de Portugal, a pátria, o sentimento patriótico cumprem-se na ligação ao mar, ao Atlântico e ao além-mar. Daí a sua afirmação:«o Atlântico, mar de Portugal, Portugal, terra do Atlântico»<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Jorge Dias «Os elementos fundamentais da cultura portuguesa», in *Estudos de Carácter Nacional Português*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1971, p. 15.

<sup>4</sup> João de Barros, *Portugal Terra do Atlântico*, Lisboa, Livraria Aillaud e Bertrand, 1923, p. 18

Mas Portugal, na óptica de Barros, deve «caminhar para além do solo que o prende»<sup>5</sup>, isto é, por esse «Mar que traz consigo o desejo do mundo»<sup>6</sup>. E é essa vocação universalista de Portugal, que identifica como «atalaia atlântica da Europa»<sup>7</sup>, que conduzirá a revitalizar a abertura ao Atlântico Sul, ao Brasil. Na mesma linha, Augusto Casimiro, na sua obra *Portugal Atlântico. Poemas de África e do mar* (editada em 1955), faz a apologia do olhar sobre o Atlântico, do olhar da Pátria<sup>8</sup>.

E o rosto da Europa é Portugal, que fita o Ocidente, o mar, no dizer de Fernando Pessoa. E a sua força anímica, dentro da própria Europa, alimenta a sua vocação cosmopolita. Para Fernando Pessoa, Portugal é europeu mas é também atlântico. Refere essa pertença anímica no poema “O Dos Castelos», na *Mensagem*<sup>9</sup>.

E a sedução atlântica não se esvai com o iberismo. A dicotomia está sempre presente entre a terra e o mar, entre o Mediterrâneo e o Atlântico. Lembremos alguns intelectuais portugueses das primeiras décadas do século XX.

A expressão «Alma Ibérica», da autoria de Teixeira de Pascoais, serviria de *Prólogo ao Epistolário Ibérico*, correspondência trocada com Miguel de Unamuno<sup>10</sup>. O sentimento ibérico incorpora o ideário de Pascoais e de Unamuno na busca das próprias identidades nacionais.

Se para Pascoais a saudade e o saudosismo são a pedra basilar do «ser Português», a alma é da Ibéria, e, como diz, «o seu pátrio ninho é a Lusitânea»<sup>11</sup>. Saudade, diáspora, vocação universal, união cultural com a vizinha Espanha fundem-se na «Alma Ibérica». Como Unamuno, se exprimia em Portugal, ao dizer: «Esto es mi terra.

---

<sup>5</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 24-25.

<sup>6</sup> João de Barros, *Oração à Pátria*, Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, 1917.

<sup>7</sup> *Idem, Portugal Terra do Atlântico, cit.*, p. 13.

<sup>8</sup> Augusto Casimiro, «A canção do novo Restelo», in *Revista Águia*, n.º 25, 2.ª série, Janeiro de 1914 e *Portugal Atlântico. Poemas de África e do mar*, Lisboa, Ática, 1955.

<sup>9</sup> Fernando Pessoa, «O Dos Castelos», *Mensagem*, Lisboa, edições Ática, 1963, p. 21.

<sup>10</sup> Teixeira de Pascoais, «A alma ibérica», in *Saudade e o Saudosismo*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1988, pp. 249-258.

<sup>11</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 24-25.

Esto es mi terra». Lembre-se a sua obra *Por tierras de Portugal y de España* e o artigo de Pascoais «Unamuno e Portugal», publicado na revista *Águia*, ou o artigo «Portugal» que o autor espanhol dá à estampa nesta mesma revista<sup>12</sup>. Conhecedor da terra, da paisagem, dos lugares, dos homens, Unamuno conheceu o corpo e a alma de Portugal, o que alimentou o seu sentimento, o seu patriotismo peninsular consubstanciado no espírito comum ibérico, o mesmo é dizer num destino espiritual comum. De facto, em Unamuno e até em Pascoais há um forte sentimento iberista e um mais ténue sentimento europeu, senão mesmo anti-europeu, como confessa Unamuno na Carta a Manuel Laranjeira<sup>13</sup>.

Outros intelectuais, neste mesmo período cronológico, primeiras décadas do século XX, propalaram a integração de Portugal na Europa. Integração, entenda-se, cultural. Esse «espírito europeu» foi sentido, por exemplo, pela chamada Geração de *Orpheu*. Publicação esta que literariamente assinala o início do modernismo português, mas tem, todavia, um significado cultural bem mais abrangente. A ela estiveram ligados, entre outros, Fernando Pessoa, Mário de Sá-Carneiro e Almada Negreiros. É o próprio Fernando Pessoa que sublinha a essência europeia e até universalista do movimento *Orpheu* numa entrevista datada de 1915. A propósito da criação de «uma arte cosmopolita no tempo e no espaço», refere Pessoa que «todos os países... existem todos dentro de cada um, em que a Ásia, a América, a África e a Oceânia são a Europa, e existem todas na Europa...<sup>14</sup>». Atente-se também no significado cosmopolita da *Ode Triunfal* que entusiasmou Almada Negreiros. Este autor reforça o europeísmo da revista *Orpheu* e acentua com firmeza: «O português é que não pode deixar de ser europeu...

---

<sup>12</sup> *A Águia*, 1ª série.º 8, 1 de Abril de 1911, pp. 14-16 e *A Águia*, n.º 5, 1ºs., 1 de Fevereiro de 1911, p. 5 (escrita a 28 de Setembro e 1910).

<sup>13</sup> «Carta de Unamuno a Manuel Laranjeira», 17 de Março de 1911, in *Cartas de Manuel Laranjeira*. Prefácio de Miguel de Unamuno, Lisboa, Relógio d'Água, 1990.

<sup>14</sup> Fernando Pessoa, «Sobre o Movimento do Orpheu. A arte cosmopolita do *Orpheu*», in *Obras Completas. Prosa*, Porto, Lello e Irmão Editores, 1986.

Portugal que provocou essa unidade [ao tempo dos descobrimentos] será acaso o primeiro a surpreender-se agora com ela?»<sup>15</sup>.

E ao explicar o *Mapa da Europa*, Almada Negreiros expõe na revista *Sudoeste* como Portugal é ibérico e europeu. Assim, como diz, é preciso criar a cultura do entendimento português e do entendimento espanhol, não só para os actuais peninsulares como também para todos os originários da nossa civilização comum e dual»<sup>16</sup>.

Um grupo significativo de intelectuais portugueses mostra perceber a evidência da crise europeia. No fim de Oitocentos, e nas primeiras décadas do século XX, uns mostram-se entusiastas outros reticentes e hesitantes entre uma abertura à Europa ou ao Atlântico. Evidenciava-se o *Declínio da Europa* (Alsul Demangeon, geógrafo, 1920) o *Declínio do Ocidente* (Oswald Spengler, 1918). E o ressurgimento da Europa e do Ocidente e o posicionamento de Portugal e da Península Ibérica estimularam escritores e intelectuais que produziram muitos escritos sobre *Pensar o Ocidente*, *Pensar a Europa*, *Pensar Portugal*. Afinal, é a partir das outras identidades – atlântica, peninsular, europeia, universal – que a identidade portuguesa se afirma.

---

<sup>15</sup> Almada Negreiros, «Um aniversário – *Orpheu*», in *Ensaio I*, Lisboa, Editorial Estampa, 1971, pp. 26-27.

<sup>16</sup> Almada Negreiros, *Revista Sudoeste*, n.º 1, Cadernos de Almada Negreiros, Lisboa, Edições SW, 1935.